

LÍNGUA MATERNA, PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE DOCENTES DA LÍNGUA PORTUGUESA E PEDAGOGOS.

Senira Nifaela Cunha de Souza ¹
Jeiviane Justiniano ²

INTRODUÇÃO

A língua é um elemento que usamos, a princípio, para a comunicação, mas ela vai além dessa função por ser um elemento social, identitário e com relação a ela existem sentimentos e atitudes por parte dos falantes. Conhecer mais sobre a língua, variações e seus conceitos pode ser relevante na prática da docência.

Com o surgimento da sociolinguística na segunda metade dos anos 60, a concepção de língua se tornou mais ampla ao ponto dos conceitos básicos da sociolinguística adentrarem no ensino da língua. Esses estudos são relevantes, pois suas ramificações, a exemplo a Sociolinguística da Educação, têm contribuído de forma significativa para uma pedagogia da variação linguística que almeja a introdução das variações linguísticas no ensino a fim de ampliar a competência do falante.

Um desses amplos conceitos da sociolinguística é o de língua materna. A língua materna (o estudo em questão se refere a língua materna como uma das variedades em relação à Língua Portuguesa) pode ser definida como aquela que primeiro é apreendida pelo falante de um idioma, porém em muitos casos, ela não corresponde à norma ensinada nas escolas, o que pode gerar preconceito linguístico por parte dos integrantes do processo educativo. O preconceito linguístico, assim como outras formas de preconceito está em toda parte, e na instituição escolar não é diferente. É a forma de discriminar fazendo uso da língua, mas ressalta-se que toda forma de preconceito é fruto de ignorância. Com relação ao preconceito linguístico é importante destacar que não existe um modo de falar “certo” ou “errado”, o que existem são as variedades da língua e que estas são explicadas cientificamente. Essas variações devem ser respeitadas, precisa-se entender que não existe “erro”, pois todo falante nativo sabe fazer uso de sua língua com propriedade, ou seja, ele sabe empregar regras básicas de funcionamento da sua língua.

¹ Graduanda do Curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas - AM, sneds.jet16@uea.edu.br;

² Professor orientador: mestre, Universidade do Estado do Amazonas - AM, jjustiniano@uea.edu.br.

A partir do disposto, esta pesquisa visa investigar os conceitos de língua materna e de preconceito linguístico para professores da Educação Básica, pois saber a forma como o profissional concebe a língua e também qual o seu conceito de preconceito linguístico nos dá amostra da forma como ele dirige sua prática de ensino. Ademais, a pesquisa parte do pressuposto de que desenvolver a consciência sobre essas concepções favorece ao ensino. Travaglia reforça essa relevância ao referenciar que é “importante para o ensino da língua materna a maneira como o professor concebe a linguagem e a língua materna, pois o modo como se concebe a natureza fundamental da língua altera em muito o trabalho com a língua em termos de ensino” (TRAVAGLIA, 2009, p.21).

A pesquisa apresentada foi realizada através de um questionário com perguntas semiestruturadas. As informações coletadas foram transcritas e analisadas, sendo possível a partir dessa análise fazer uma reflexão entre as concepções coletadas e o arcabouço teórico. A partir da análise, pode-se constatar que a maioria dos professores entrevistados têm o conhecimento do conceito de língua materna (com a relação à língua nativa) e de que o preconceito linguístico são atitudes de discriminação ou desrespeito a certos modo de falar. O professores destacam que tentam desenvolver um trabalho do ensino da língua conscientizado, no sentido de respeitar a língua materna do aluno, desfazendo-se e informando seus alunos sobre o preconceito linguístico, garantindo assim respeito ao conhecimento linguístico prévio do aluno.

METODOLOGIA

Para cumprir com o objetivo de investigar a concepção de língua materna e verificar o preconceito linguístico no contexto escolar, foram entrevistados 07 (sete) educadores, sendo 05 (cinco) professores de Língua Portuguesa e 02 (dois) pedagogos. A pesquisa foi realizada em quatro escolas públicas da rede estadual e municipal na cidade de Manaus; essas escolas atendem a alunos do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e fez-se valer de uma entrevista semiestruturada com questões dentre as quais estavam as seguintes: “No seu trabalho, o que você entende por língua materna? O que é, como é visto e trabalhado o preconceito linguístico em suas aulas?” Essas perguntas foram feitas na própria instituição onde atuam os profissionais da educação, sendo elas gravadas sob o consentimento de cada um deles através de um Termo de Consentimento que permite que as entrevistas sejam utilizadas em pesquisas acadêmicas e a garantia de anonimato dos informantes.

As falas que foram transcritas serão analisadas e discutidas, preservando a identidade dos educadores. Dessa forma, serão utilizadas siglas como exemplo, P1 (Professor 1) para nomear os participantes da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

A língua pode ser definida como um sistema de signos criados para fins comunicativos. Ela surge na sociedade como elemento necessário para a comunicação (instrumento de comunicação), mas pode ir muito além dessa definição. Definição esta que Calvet discorda, pois ele afirma que “um instrumento é realmente um utensílio que se lança mão quando se tem necessidade e que se dispensa em seguida” (CALVET, 2002, p.57), mas com a língua não funciona dessa forma porque, segundo o autor, existem atitudes e sentimentos dos falantes com relação à língua falada e suas variedades “que torna superficial a análise da língua como simples instrumento” (CALVET, 2002, p.57).

A língua é um fenômeno que está sempre evoluindo e as descrições, os conceitos/concepções também evoluem e podem ser abordados em muitos pontos de vista. A começar pelo conceito estruturalista de língua do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure no início do século XX: para Saussure, a língua, seu objeto de estudo, é um fato social, um sistema adquirido no convívio social entre os indivíduos, ela é “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2004, p.17). O linguista reforça esse caráter social da língua, devido sua importância na sociedade: “Ela é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, 2004, p.22). Nota-se nessa concepção que a língua é social porque é criada pela necessidade de comunicação e sua existência se deve à sociedade, ela é elaborada pela comunidade e somente nela é que a língua é social.

Como mencionado anteriormente, o conceito de língua é passivo a mudanças. À medida que surgem novos estudos, manifestam-se também novas concepções de língua e com o desenvolvimento de áreas no campo da linguística surgiram novos conceitos de língua e a concepção de língua a partir dos estudos sociolinguísticos é enfatizado no meio acadêmico e também no ensino de língua materna.

Na década de 60, os estudiosos incorporaram os aspectos sociais às pesquisas linguísticas, assim em 1963, o Social Sciences Research Council, uma associação de

sociólogos, inaugurou os estudos sociolinguísticos. Mais tarde os estudiosos da sociolinguística Uriel Heinrich, W.Labov e Martin Herzog, entendem em suas pesquisas a língua como um sistema heterogêneo. De acordo com Silva, a concepção de língua para a sociolinguística definida por esses estudiosos é a seguinte:

Para esses autores a língua é um sistema heterogêneo; é codificada em alto grau e integrada a competência linguística do falante (...) Os pesquisadores propõem um modelo de língua com heterogeneidade ordenada, ou seja, a língua pode ser, ao mesmo tempo ordenada e inerentemente variável (SILVA, 2009, p.17).

Nota-se então, que essa concepção considera a língua em todas as suas variedades existentes, entendendo a língua como um conjunto de partes que compõem o todo. A partir dessa concepção também foi possível o estudo dos fenômenos relacionado às mudanças linguísticas e quanto ao ensino da língua, essa concepção faz o professor refletir sobre o conceito de língua que ele tem e se esse conceito ajuda a tornar seu aluno competente no uso de sua língua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ministrar aulas de Língua Portuguesa não é uma trabalho simples nas escolas. De um lado a gramática da Língua Portuguesa prescreve as regras (o ideal), do outro, os professores lidam com a língua falada cotidianamente (o real), que é viva, dinâmica, em constante movimento. Há ainda a cobrança por parte dos pais que acreditam que na escola deve ser mostrada apenas a norma culta, eles desejam que o aluno tenha um pleno domínio da gramática, pois entendem que serão cobrados em vestibulares e concursos e, principalmente, pela sociedade, pois, supostamente, aquele que não domina a norma é excluído do acesso aos bens da cultura letrada. O professor de língua precisa estar preparado para essas situações, é preciso que ele acione seu senso de criticidade e abandone as rotulações intolerantes e carregadas de preconceitos conforme aconselha Bagno:

Da parte do professor em geral, e do professor de língua em particular, essa mudança de atitude reflete na não-aceitação de dogmas, na adoção de uma nova postura (crítica) em relação a seu próprio objeto de trabalho: a norma culta. Diante da velha doutrina gramatical normativa, o professor não deveria limitar-se a transmiti-la tal e qual se encontra compendiada nos manuais gramaticais ou nos livros didáticos” (BAGNO, 2004, p.115)

Conforme já apresentado, a forma como os educadores concebem a língua materna e preconceito linguístico nos dá amostra de como é conduzida a sua prática e a partir da investigação podemos constatar que quando questionados sobre o que é língua materna, a maioria dos entrevistados mostraram conhecimento acerca da definição ao responderem que:

P2: “É aquela... não é bem o idioma, mas vamos colocar que é aquilo que você já nasce, a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

primeira língua”; o P4, respondeu que língua materna é: “língua de berço, a do meio em que eu vivo”; o P5: “A língua materna é a língua na qual nós fomos criados. Da nossa infância, no seio da família. A gente considera a língua materna aquela na qual a gente nasceu” e o P6: “É aquela que você “veio” falando. Ela pode ser um pequeno grupo de signos que se aprendeu dentro do seu lar ou ela pode ser de um grupo maior de signos que você adquiriu baseado num determinado lugar onde você está inserido”.

Pode-se notar que as definições desses educadores vão ao encontro da definição proposta por Bagno, que entende por língua materna a primeira língua, aquela língua adquirida no domínio social familiar:

A língua materna é precisamente a língua mãe, a língua que cada pessoa começa a adquirir tão logo que nasce e cria o vínculo afetivo-linguístico com a mãe (ou na falta dela, com a pessoa que venha preencher esse papel). É uma língua puramente oral – falada e ouvida -, mesmo quando provém da voz de uma pessoa altamente letrada. Língua de afeto, do desejo, do íntimo, do sonho, vive à margem dos ditames da norma canonizada. A língua materna é intrinsecamente variável, doméstica, familiar, idioma particular daquilo que em inglês se chama *household*, um termo que inclui a casa, seus habitantes e todas as atividades ali desenvolvidas por eles (BAGNO, 2011, p.100).

Essa língua é a língua que o falante domina com propriedade, ela que o acompanha ao adentrar no contexto escolar (especialmente os educandos das series iniciais). É a única variedade da língua que conhece, pois ainda não transita em outros domínios sociais além do da família. Porém, no processo de socialização, no decorrer da vida, ele terá acesso a outros ambientes e precisará ampliar seu repertório linguístico.

De acordo com Bortoni-Ricardo, há três ambientes, chamados de domínios sociais, onde os falantes começam a desenvolver o processo de socialização. São eles: a família, a escola e os amigos. Em todos os domínios sociais há variação no uso da língua e neles existem regras, inclusive no comportamento verbal. No domínio da família predomina uma cultura de oralidade, ou seja, nesse domínio é usada a língua informal, afetuosa, a língua materna. Mas na escola é cultivada outra variante, a padrão.

Verificou-se outras concepção de língua materna. Para o P1: “Língua materna que eu entendo é a língua de onde você nasceu, é a que você fala no seu país (...) A língua materna é nossa língua portuguesa. É a língua a que você se expressa primeiramente”. A mesma concepção é evidenciada no P7 que apresenta sua concepção de língua materna como sendo a língua do país que o indivíduo se origina: “É a língua falada no país onde o indivíduo nasce”.

Verifica-se, nessas concepções que língua materna corresponde ao idioma. De fato a língua materna também corresponde a L1 do falante, mas deve-se atentar que a língua materna a qual se refere a pesquisa é a de língua materna como a primeira das variações a ser

usada pelo falante. Não respeitar o conhecimento linguístico prévio, pode provocar no aluno uma reação negativa sobre o aprendizado da norma culta que o leva a enxergar a língua como algo que ele não conhece.

O P3, enfatizou a questão do ensino e à língua materna nomeou de linguagem informal, a língua que o aluno conhece na prática, e que esta língua necessita de um conhecimento teórico a ser ampliado: “Essa é a grande questão com a língua portuguesa, nós reconhecemos que o aluno precisa, vamos dizer assim: desenvolver um conhecimento mais teórico. Então, ele já chega aqui com as construções da linguagem desenvolvida, que nós vamos tentar mostrar pra esse aluno que essa língua materna que ele conhece na prática, também tem o conhecimento teórico e, a partir desse conhecimento teórico ele vai conseguir ampliar o domínio desse código que é a língua para que ele possa utilizar em diferentes contextos. Então, a linguagem informal (...) a gente vai tentar fazer com que ele desenvolva o conhecimento formal, que a escola tem que ampliar”. Percebe-se uma preocupação com um desenvolvimento teórico da língua, o que o professor chama de conhecimento formal. Há de haver de fato, uma preocupação com o trato da língua na instituição, pois no desempenho dos papéis, o falante transita nas variações linguísticas e precisa dominar os usos da língua, adequando-se a eles, conforme expõe Bortoni- Ricardo, e é função da escola levar o aluno a entender esse processo: “a tarefa educativa da escola em relação à língua materna, é justamente criar condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa e possa usar, com segurança, os recursos comunicativos que forem necessários para desempenhar-se bem” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.78).

O preconceito linguístico pode ser conceituado como atitudes discriminatórias em que se usa língua como instrumento de dominação e exclusão social, ele é definido por Faraco como “um conjunto de preceitos artificiais tomados como régua impiedosa com a qual se desclassificam as pessoas, lançando sobre elas o estigma excludente da ignorância linguística” (FARACO, 2015, p. 23); outra definição é apresentada por Bagno em que preconceito linguístico é “um conjunto de ideias que se manifesta concretamente na discriminação pela linguagem” (BAGNO, 2011, p.96). Essa discriminação é reflexo da separação socioeconômica que existe desde a formação da sociedade e de acordo com Faraco “a língua continua sendo forte elemento de discriminação social, seja no próprio contexto escolar, seja em outros contextos sociais, como no acesso ao emprego e a serviços público em geral” (FARACO, 2015, p.08).

Quanto às respostas sobre definição de preconceito linguístico, estas foram sucintas, como se observa nas falas dos P1: “É o desrespeito pelo saber do outro, pela fala do outro”,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

P2: “É o desprezo de determinado modo de falar” e P4: “É a não aceitação do modo do outro de falar, modo que se julga estar incorreto”. P5: “É ter uma forma estilizada de falar, uma dita culta, uma norma culta, erudita e as pessoas se apropriam de um conhecimento dos mecanismos formais da língua para esmagar, alijar pelo uso da língua. É querer estabelecer um “status” a partir do domínio da língua”. P6: “Ele vem a partir da falta de leitura, de entendimento do papel da língua dentro de uma determinada cultura. O preconceito linguístico pode vir de várias maneiras: pelo vocábulo limitado; a partir da oralidade, que é quando começa a considerar a fala de fulano incorreta e a do outro é a correta e pelo mau uso do letramento”. P7: “Essa palavra em si, já diz. Eu vejo como uma falta de conhecimento, e se cria algo errado. Acredito que entender o próximo vai além de entender o físico, mas também entender a linguagem. É a falta de respeito pela pronúncia, pela fala em si”.

Observa-se definições como desrespeito, desprezo, não aceitação pela fala do outro, é o subjugar por ter um conhecimento do funcionamento da língua que o outro não tem, é a falta de conhecimento sobre a língua (falta de leitura).

Alguns professores enfatizaram sobre como procedem em sua prática contra atitudes de preconceito contra a língua durante suas aulas e o ensino das variações: SP1: “Eu trabalho contra o preconceito linguístico com eles (...) Eu tiro um momentinho pra gente ler sobre isso, eu dou exemplo. Explico pra eles pra quebrar o preconceito: as pessoas mais velhas, de tal idade, ou de tal região, falam assim porque têm esse privilégio que eles têm (alunos); privilégio em relação a isso, né? De conhecer a norma, eles não têm, por isso eles continuam falando naquela forma. É pra quebrar o preconceito. E por isso que fulano fala ‘mió’, por isso que o outro fala ‘pobrema’ porque ele não teve... ele não entrou na escola, ele não teve acesso a essa norma padrão”. O P1 exemplifica e justifica a fala de pessoas de “tal idade” ou de “tal região” que por não terem acesso ao conhecimento da norma, à escola falam de “certa forma”. Na situação, as palavras “pobrema” ou “mió” são exemplos das falas das pessoas que não tiveram acesso à norma ou de “tal região”. Considerar esses exemplos como falares que devem ser excluídos a partir do conhecimento da norma não configuraria o preconceito linguístico? Recorre-se à Travaglia em busca de explicação para a questão:

A norma culta constitui ao português correto; tudo que foge à norma representa um erro. Isso representa um preconceito porque, não verdade, não há Português certo ou errado: todas as variedades são igualmente eficazes em termos comunicacionais(...) O que há na verdade são modalidades de prestígio e modalidades desprestigiadas(...) Assim, queremos que os alunos saídos das classe desprestigiadas aprendam a norma culta para dela se utilizarem. (TRAVAGLIA, 2009, p.63).

O autor afirma que o que existe são as variedades de prestígio e a desprestigiada e que o aluno precisa ter o domínio daquela e enfatiza a questão do domínio da norma culta para que esse aluno possa ter acesso garantido aos bens da cultura letrada.

O P2 também faz registro de como procede: “Então, durante essas aulas a gente mostra que é necessário respeitar o que cada um utiliza como linguagem. Então, por isso é necessário você saber, em determinados contextos você ter que utilizar determinada linguagem”. P4: “Mostro exemplos dos modos de falar e digo que tem de haver respeito”. O P6, a respeito de sua prática falou que: “Eu apresento várias obras literárias que apresentam limitações linguísticas de acordo com a proposta de alguns escritores (...) Essas obras oferecem para o aluno a reflexão do uso da comunicação, mas mostro também que existe a norma culta, a norma padrão porque ele também precisa aprender”. Com relação a essa fala do P6, a expressão limitação linguística é confusa, o que se pode destacar é que o autor, de acordo com Preti, tem uma intenção ao produzir determinado texto: “também podemos dizer que, na literatura, há uma tendência para aceitar melhor a contribuição da língua oral, no sentido de dar um tom mais realista às vozes dos personagens” (PRETI, 2004, p.120).

O P7 descreve sua forma de trabalhar contra o preconceito linguístico: “Eu, atualmente trabalho mostrando que temos que respeitar as falas dos venezuelanos que estamos recebendo em nossa escola”. O P3 explica como o preconceito linguístico acontece e que ele é a exclusão de outras construções linguísticas (diferentes da língua formal): “eu acredito que o preconceito linguístico, ele parte de uma única e exclusiva concepção de língua, ela reconhece apenas a língua a partir de sua predominância formal e ela, vamos dizer assim, exclui outras construções linguísticas, que no caso seria a linguagem informal, aquela que o aluno já chega aqui na escola utilizando. Então, acredito que o preconceito linguístico ele existe, mas ele só é empregado a partir de uma concepção de língua estritamente formal e culta”.

Na análise, é evidenciado que o professor tem a preocupação em mostrar que preconceito linguístico não deve ser praticado, porém o que é muito enfatizado é a questão do domínio da língua culta, a necessidade do acesso à norma a fim de saber utilizá-la nos diversos contextos.

É sabido que a sala de aula é o ambiente onde o aluno vai em busca do ensino formal, ensino este que é de responsabilidade dos professores. Sabemos ainda que maior responsabilidade recai sobre o professor de língua que tem a tarefa de “ensinar” a norma culta prevista nos componentes. Mas como ensinar uma língua que o aluno já domina? Quando se fala em assumir uma postura crítica diante do ensino, significa refletir sobre essa questão, pois o professor não vai ensinar o aluno a falar português, o que ele fará é conduzir o aluno a

compreender a sua língua em uso a fim de ampliar sua competência comunicativa, conforme afirma Cyranka:

Há que se desenvolver uma nova atitude do professor de português. Ele precisa se lembrar, antes de tudo, que não vai “ensinar” o que os alunos já sabem, ele não vai ensiná-lo a falar português. O que cabe ao professor é simplesmente, considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nela se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa. (CYRANKA, 2015, p.35).

Para o trabalho focado no desenvolvimento linguístico integral dos educandos, não só focado no ensino da gramática tradicional, o professor encontra amparo nas leis. O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, reconhece que “não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio.” (PCN, 1998, pág.31) reconhecendo a necessidade de valorizar as variedades de língua existentes. Pode-se considerar um avanço no ensino de língua, mas não ainda o que é almejado pelos estudiosos de ensino de língua materna e de um ensino pautado na variação linguística, pois Faraco destaca que com relação ao ensino da variação linguística ainda não houve o avanço necessário. Embora bem fundamentada essa variação, a partir dos saberes técnicos, ela ainda não é aceita, pois existem discursos conservadores. O autor afirma que mesmo nas escolas ainda não houve a atenção necessária à variação linguística:

Mesmo no interior do sistema escolar, avançamos muito pouco. Nas práticas escolares cotidianas, ainda predomina uma concepção mais tradicional da variação linguística (...) Os livros didáticos têm dado um tratamento muito superficial ao tema. (FARACO, 2015, p. 20).

Durante as entrevistas, os professores expõem que, ao falar sobre preconceito linguístico recorrem a conversas informais, mas não citam encontrar exemplos ou temas sobre o assunto em material didático, isso corrobora com a citação acima. Percebe-se que são encontradas muitas dificuldades no ensino da língua, então com a finalidade de buscar alternativas para ensino da língua, diferente do tradicional, estudiosos apresentam propostas de ensino de voltadas ao estudo sociolinguístico. Uma das estudiosas que se dedica a esse estudo é Stella Maris Bortoni-Ricardo, que inaugurou a Sociolinguística Educacional a fim de buscar resultados pedagógicos capazes de intervir na prática do ensino da língua portuguesa.

Na Sociolinguística Educacional, almeja-se entender o que fazer para que o professor deixe de acreditar que não existe erro, que ele entenda que essas mudanças na língua são fenômenos embasados cientificamente, ou seja, esses “erros” têm explicação e podem ser trabalhados no ensino da língua.

Destaca-se que o ensino pautado na sociolinguística não implica na exclusão do ensino da norma culta no ensino da língua portuguesa. É importante lembrar que existem obrigações

sociais que exigem adaptações do falante às situações linguísticas, o que implica dizer que o falante deve dominar o registro formal da língua. Explica Bagno que “quando falamos (ou escrevemos), tendemos a nos adequar à situação de uso da língua em que nos encontramos: se é uma situação formal teremos de usar uma linguagem formal” (BAGNO,2004, p.130). É o que ele denomina graus de “adequabilidade” e “aceitabilidade” que se referem a escolhas das variações que o falante deve fazer ao transitar nos diversos contextos sociais. Silva também orienta como proceder o trabalho no ensino da língua materna sem negar ao aluno a consciência do acesso a norma culta:

Precisamos entender que dominar a língua culta não significa dominar regras. Por outro lado, não se pode negar que a escola é responsável pela melhoria do desempenho linguístico dos alunos. Portanto, é de nossa responsabilidade propiciar a eles contato e apropriação do dialeto culto, pois é ele que permitirá a acesso à cultura e à tradição de uma sociedade letrada. Portanto, o professor de língua materna precisa possibilitar o ensino da norma socialmente privilegiada, sem estigmatizar ou negar quaisquer usos que as crianças tragam consigo. (...) É interessante mostrar a eles que, ou fazê-los lembrar que as obrigações sociais exigem que nos adaptemos linguisticamente às situações linguísticas, ou seja, situações sociais díspares exigem registros diferentes: é preciso mostrar que há graus diversos de formalidade e de cortesia, por exemplo. (SILVA, 2009, p. 87-88)

Frente às dificuldades, o professor precisa conhecer o perfil dos alunos para saber como desenvolver sua proposta, traçar suas metas. Silva propõe que o professor, para direcionar seu trabalho, precisa fazer questionamentos, como exemplos: “Com que variedade trabalhar? Qual concepção de língua e de gramática que eu, como professor tenho? Como a normatividade será encarada?” (SILVA, 2009, p.190).

A partir de respostas a essas interrogativas, o professor identifica as diferentes variedades que existem na sala de aula e propõe um trabalho conscientizado das demais formas de uso da língua.

Silva ainda reforça a importância da inserção da sociolinguística nas aulas de língua portuguesa: “A sociolinguística inserida em nossas aulas só pode nos ajudar. Trabalhar a partir da realidade linguística do aluno melhora a qualidade das aulas” (SILVA, 2009, p. 192).

Fundamentado no exposto, verifica-se que a maior parte dos entrevistados têm o conhecimento do que é língua materna e preconceito linguístico, podendo assim desenvolver um trabalho que respeite e amplie a capacidade linguística do falante, porém acredita-se que quanto mais professores tiverem o conhecimento dos conceitos levantados, melhor se conceberá o ensino da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, considera-se importante conhecer os conceitos de língua e de preconceito linguístico concebido por professores. Esses conceitos são diversos, determinam a prática do docente e contribuem de forma relevante no seu trabalho com o ensino da língua.

Para os decentes, é de grande relevância desenvolver um trabalho pedagógico voltado para a sociolinguística com o intuito de diminuir a discriminação pela língua. O ensino de língua deve se pautar em uma prática de ensino que integre o domínio das variedades ao domínio das práticas sociais, desenvolvendo uma consciência linguística que garanta base, segurança para a apreensão e domínio da variedade culta, ampliando, assim, a competência dos alunos no que tange ao uso da língua. Ao refletir sobre a temática desse trabalho, o professor permitirá ao aluno a compreensão da importância do ensino da norma, mas sem desvalorizar aquela adquirida no contexto informal, fazendo-o entender que terá à disposição as variações e poderá usá-las em situações distintas.

É necessário que professores desenvolvam sua prática de ensino não só na visão da gramática tradicional, mas também deem atenção a variação linguística, a fim de que os alunos observem a língua como um fenômeno social em permanente transformação.

Por fim, lembramos que o que a reflexão e teoria que foram discutidas não se esgotam neste trabalho. Desejamos que o texto seja incitador para que suscitem mais discussões acerca da temática exposta.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 30ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** – Brasília, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** – Brasília, 1997.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CYRANKA, Lúcia F. Mendonça. A pedagogia da variação linguística é possível. In: FARACO, Carlos Alberto; ZILLES Ana Maria. **Pedagogia da Variação: língua, diversidade e ensino**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. P. 31-51.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES Ana Maria. **Pedagogia da Variação: língua, diversidade e ensino**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

PRETI, Dino. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A Sociolinguística e a língua materna**. Curitiba: IbpeX, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.